

Um processo de justiça  
Atividades realizadas no Estado  
Se queres a Paz, prepara-te para a Paz

---

Cultura de paz e não-violência



## Relatório Azul 1999 / 2000

-----

# Um processo de justiça

No mundo em que nos encontramos cada vez mais globalizados, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico, vivemos ainda sob a égide de uma cultura de violência, de guerra, de intolerância e fanatismo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ainda subsistem na atualidade cerca de cinquenta conflitos armados, em sua maioria lutas civis, que sacrificam vidas humanas em mais de quarenta países.

No Brasil, igualmente, a Paz não existe. Os conflitos passaram a ser resolvidos, predominantemente, por violência. A taxa nacional de homicídios chegou a 25 por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo. A cada ano são assassinadas mais de 700 pessoas somente em conflitos de terra.

A profunda desigualdade na distribuição da renda agrava a situação de exclusão social, deixando à margem dos direitos fundamentais a maioria da população, gerando uma situação de impotência pessoal e coletiva e impedindo até mesmo o exercício fundamental da cidadania. Este quadro constitui-se num estado permanente de violência.

Os comportamentos individuais e as relações interpessoais passaram a se caracterizar pelas mais diversas formas de violência, como física, psicológica e simbólica. Tira-se a vida das pessoas por uma simples discordância no trânsito, disputas de pontos de tráficos ou mesmo para roubar.

Além dos fatores econômicos, políticos, sociais, tem-se chamado a atenção, nos últimos tempos, para a importância da variável cultural, isto é, dos valores que regem e estruturam os comportamentos pessoais e sociais, na compreensão do complexo fenômeno da violência. Não apenas vivemos numa sociedade violenta, mas, sobretudo, numa cultura violenta, difundida e, ao mesmo tempo, produzida, pelos formadores de opinião da sociedade - os meios de comunicação, a escola, a família, as instituições religiosas, os partidos políticos, as empresas, as formas de lazer, as associações - enquanto expressam, reproduzem e justificam comportamentos e atitudes violentos.

Substituir a secular cultura de guerra e violência por uma Cultura de Paz, justiça e solidariedade requer um esforço educativo transformador e uma ação contínua e prolongada de todos os segmentos sociais. Enquanto não se trabalhar esta base cultural - isto é, valores, referências, padrões de conduta, imaginários, utopias, entre outros - não se conseguirá uma solução estável para o grave problema da violência na sociedade contemporânea.

Para chegarmos a uma "Cultura da Paz", é preciso compreender que combater a violência com violência é contraproducente. "A fraqueza fundamental da violência é que ela é uma espiral que se afunda cada vez mais, gerando a mesma coisa que procura destruir. Ao invés de reduzir o mal, ela o multiplica. Pela violência você pode eliminar o mentiroso, mas não a mentira, tampouco estabelecer a verdade. Pela violência você elimina aquele que odeia, mas não elimina o ódio. Na realidade, a violência simplesmente aumenta o ódio. Retrucar violência com violência só multiplica violência, acrescentando trevas ainda mais densas à uma noite já sem estrelas. Trevas não podem expulsar trevas, somente a luz o pode. Ódio não pode eliminar ódio, somente o amor o pode."<sup>1</sup>

Também é importante não confundirmos termos que poderiam diluir a nossa força de luta. Agressividade não é necessariamente violência, mas força vital de cada pessoa para superar os obstáculos e limitações. A Paz não é um

<sup>1</sup> Martin Luther King Jr.

termo estático, e sim, dinâmico, que não se confunde com passividade. Compreendemos que “a Paz é um processo de realização de justiça nos níveis distintos da relação humana. É um conceito dinâmico que nos leva a provocar, enfrentar e resolver conflitos de uma forma não violenta”<sup>2</sup>.

Mas como a violência é uma qualidade aprendida na família, na sociedade e nas escolas, a Paz, da mesma forma, é uma qualidade que precisa ser aprendida e construída comunitariamente. Nesse processo de Paz, o conflito tem uma função importante. O conflito é o maior impulso social para mudança e transformação. Contudo, em nossa sociedade, conflitos são resolvidos por meio da violência. Educar para a Paz é precisamente a aprendizagem de resolver conflitos de uma maneira não violenta. A educação é, portanto, o eixo ao redor do qual todo processo de chegar a uma Cultura de Paz precisa girar.

A Cultura de Paz é a paz em ação. É a coerência com a palavra e o discurso na busca de uma sociedade justa e igualitária. É o respeito aos Direitos Humanos no dia-a-dia. Enquanto cultura de vida, trata-se de tomar diferentes indivíduos capazes de viverem juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, de zelar pela vida no planeta e de assumir responsabilidade por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e a exclusão, garantindo igualdade política, equidade social, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável.

A seguir, publicamos texto da presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do RS.

## Por uma Cultura de Paz e não violência

Maria do Rosário<sup>3</sup>

A cultura da Paz começa a fazer parte do cotidiano da população brasileira. Participamos, nos últimos meses, de diversas manifestações realizadas em nosso país, o que, para muitos, possibilitou um momento de reflexão. Quem dera possa toda a nossa nação e o mundo inteiro abraçar-se a esta condição.

Em julho de 1999, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), diversas entidades não-governamentais e governamentais, escolas, igrejas, cidadãos, cidadãs, a Prefeitura de Porto Alegre e a CCDH formaram o Comitê Gaúcho Pela Paz. O comitê é aberto e todos são bem-vindos. O seu objetivo é articular ações e fomentar iniciativas em todo Rio Grande do Sul na perspectiva de uma ação da cidadania para uma sociedade em que a violência não seja natural.

A iniciativa acompanhou o movimento internacional que proclamou o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz. Com as propostas de respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade, circulou entre os povos do mundo um abaixo assinado, para demonstrar às autoridades o anseio da população por uma profunda transformação da perversa realidade atual de exclusão, conflito e violência.

O manifesto foi entregue, em setembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, que contou com as presenças de diversos chefes de Estado e representantes de organizações não-governamentais do mundo todo.

A Paz é ativa e se constrói no dia-a-dia. Detém em si mesmo o poder necessário para a mudança do ser humano e da realidade que o cerca. A Cultura de Paz baseia-se em iniciativas capazes de compreender os conflitos como possibilidade de crescimento, conferindo a eles encaminhamentos e soluções baseadas no diálogo, na construção dos consensos, na capacidade de tolerância e na aceitação das diferenças.

<sup>2</sup> Beatriz Aguilera.

<sup>3</sup> Deputada estadual do Partido dos Trabalhadores e presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS.



Os documentos internacionais de Direitos Humanos, desencadeados a partir da Declaração Universal de 1948, expressam a busca dos povos em estabelecer pactos capazes de levarem a sociedade a valorizar o ser humano como o centro de seu projeto. Um balanço, mesmo que rápido, pode nos indicar o quanto estamos distantes desta perspectiva, vivendo um período histórico no qual um terço da humanidade está à margem de condições mínimas de sobrevivência.

A busca da Paz portanto não se confunde com a contemplação da injustiça e com a passividade. Ela está comprometida com o entendimento de que a injustiça produz a violência, e estas não podem ser consideradas como frutos do destino, mas realizações perversas de projetos políticos e econômicos para os quais o mercado é mais importante do que a vida. Construir a Paz é transformar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A universalidade dos Direitos Humanos é princípio para construção desta sociedade que sonhamos. Nela, existe lugar valorizado para todas as pessoas e para a natureza. A exploração entre países ricos e pobres dará lugar à cooperação entre os povos e a globalização da qual falaremos será da cultura da ciência e da Paz. A discriminação e a violência contra o que é considerado diferente será substituída pelo respeito e pela alegria de convivermos com a diversidade que compõe a humanidade. Estes são sonhos de Paz, de vida, que nos sentimos capazes de construir neste movimento.

## Cultura de Paz no RS

O Comitê Estadual por uma Cultura de Paz, formado por mais de 30 diferentes organizações da sociedade civil e do poder público, no Rio Grande do Sul, identificados com as universais aspirações de não-violência, integra-se à luta pela construção de uma Cultura de Paz, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o objetivo de:

- a) Mobilizar a sociedade gaúcha, desencadeando um processo individual e coletivo de sensibilização e conscientização, com vistas à sua efetiva participação em ações que resultem num novo patamar para uma Cultura de Paz;
- b) incentivar e manter uma postura ativa e vigilante no combate à violência em todas as suas formas, denunciando e responsabilizando os agentes violadores, na exigência do cumprimento da lei pelos órgãos competentes;
- c) promover a articulação das diferentes organizações e movimentos sociais com vistas à realização de ações conjuntas, favorecendo um trabalho em rede e a integração de novos interlocutores, especialmente aqueles que atuam na área da educação;
- d) incentivar a participação da comunidade escolar, favorecendo o seu envolvimento na efetivação de ações continuadas que contribuam para a construção dessa nova Cultura de Paz e solidariedade;
- e) buscar o compromisso pessoal e coletivo em favor da vida e da dignidade da pessoa humana que contribua para o fortalecimento da justiça e da solidariedade, imprescindíveis numa Cultura de Paz.

## Atividades realizadas no Estado

### Ato ecumênico lembra Ano da Cultura de Paz

A CCDH, o Comitê Gaúcho pela Paz e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), promoveram, no dia 23 de março de 2000, um Ato Ecumênico, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o fato de que o ano

foi instituído como o Ano Internacional da Cultura de Paz. Após a abertura, houve a exibição dos corais da Assembléia Legislativa, do Colégio Champagnat, da Igreja Nossa Senhora das Graças, do Colégio Americano, da Igreja Luterana e da Igreja Anglicana. Durante o ato também foi apresentada a Campanha da Fraternidade 2000, que tem por lema "Dignidade Humana e Paz – Um Novo Milênio sem Exclusões. No encerramento, foi apresentado o Manifesto 2000 – Paz em Tudo que Você Faz.

## Congresso Infantil Criança Vida

Os colégios Metodista de Porto Alegre, IPA e Americano, realizaram, de 11 a 13 de julho de 2000, o 9º Congresso Infantil "Criança Vida" e 1º Encontro Nacional, com o tema da Campanha da Fraternidade 2000, "Dignidade Humana e Paz – Novo Milênio sem Exclusões". Ao todo, mais de 800 crianças participaram do evento, que contou com momentos de integração, oficinas, passeatas e culto infantil.

A projeto de realização do Congresso Infantil surgiu um ano após o lançamento da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o desafio de conscientizar as crianças sobre os seus direitos e sensibilizar a comunidade em defesa desta causa. Nestes últimos anos, já foram abordados no Congresso, assuntos ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Direitos Humanos, trabalho infantil, "Sim à Paz, Não à Violência", entre outros que denunciaram a violação dos direitos dos seres humanos, a falta de dignidade, o desrespeito ao outro, a discriminação e injustiça social.

As ações do congresso iniciam-se bem antes do evento. Nos meses que antecedem ao Congresso, as atividades preparatórias como leituras, peças teatrais, músicas, pesquisas e jogos pedagógicos, servem de subsídios para as discussões na escola e nas famílias, que participam ativamente de todo o processo.

## Projeto Arte para a Paz

Com o objetivo de despertar em cada ser humano da comunidade a consciência de sua responsabilidade histórica na edificação de uma sociedade mais solidária e do valor da Paz, foi realizado, em Canela, o projeto Arte para a Paz, de 15 a 26 de fevereiro de 2000. Uma das propostas do projeto foi o de construir, através das artes plásticas, um visual de Paz em toda a cidade. Na cerimônia de encerramento das atividades, foi inaugurada a obra "O Ovo", simbolizando todas as obras da cidade, depositando em seu interior plaquetas de cerâmica com inscrições sobre os desejos de Paz das pessoas da comunidade e artistas, para serem resgatadas após dez anos, quando será aberto novamente.

Obras e atividades destacadas pelo projeto: Mandala da Paz (pintura em tecido); Planetário (coreografia de dança contemporânea); Oficina de pandorgas; Estandartes; Oficina de fotografia (com câmara obscura); Túnel do Tempo (oficina, uma abordagem criativa da existência); O Renascer (pintura com resina poliéster e pigmentos); Instalação (em vitrine); As Mãos de um Povo Constroem a Paz (mural, pintura em tecido); União das Raças pela Paz (painel de mosaico no chão); A Paz pela Preservação da Natureza (instalação); União pela Paz (escultura); Mãos pela Paz (escultura em arame); Oficinas de mandalas e pintura em tecido; A Paz em Nossas Mãos (mural em cerâmica); Catedral de Canela (pintura em tela); Marco da Paz (instalação); Arte pela Paz (banners com pintura em tecido); Sementes da Paz (instalação); Carrossel Girassol (instalação); Muro da Paz (escultura); Portal – Paisagem – O Voo (pintura); A Serra em Paz (pintura em tecido); Roda da Cura (instalação); O Ovo (escultura); Uma Flor pela Paz no Mundo (pintura em azulejo); Faça a Paz ... Não Exija a Paz (instalação).



## Alunos de Canoas mobilizam-se pela Paz

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Canoas, a partir da conclusão de uma pesquisa, realizada em 13 escolas municipais, que evidencia a preocupação dos estudantes com a violência dentro da instituição de ensino, iniciou o projeto "Sou da Paz". Os 464 representantes de turmas de 5ª e 8ª séries das escolas municipais, escolhidos no início do ano letivo pelos próprios colegas, participaram de encontro, realizado em agosto de 1999, onde discutiram sobre todas as formas de violência que enfrentam no dia-a-dia. Os estudantes também discutiram formas de melhorar a segurança nas escolas.

## Caminhada pela Paz em Sapucaia do Sul

O município de Sapucaia do Sul realizou, em dezembro de 1999, uma Caminhada pela Paz, em memória de Marcos Fernando Rosa, 17 anos, morto durante um assalto a banco. A caminhada percorreu as principais ruas da cidade.

## Cultura 12h30min

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em sua edição 2000 do projeto "Cultura 12h30min", organizou uma programação especial, totalmente voltada para mobilização global pela Cultura de Paz e pela Não-Violência.

## Semana da Paz em Alvorada

A cidade de Alvorada realizou, a sua Semana da Paz de 5 a 13 de agosto de 1999, com o objetivo de criar novos espaços para manifestações culturais e recreativas, coletar assinaturas do Manifesto 2000, contatar com interessados em desenvolver o projeto "Oficina da Paz" e realizar atos culturais e recreativos que integrem e conscientizem o cidadão alvoradense na busca da cidadania e na Cultura de Paz. Entre as atividades realizadas, destacam-se:

- Mostra do vídeo "Notícias de uma guerra particular", de Mauro Salles Júnior;
- palestra do deputado federal Marcos Rolim (PT/RS), sobre Direitos Humanos;
- Encontro pela Paz, na praça João Goulart;
- apresentação de grupos culturais de toda a cidade.

## Ação Contra a Violência na Escola

Para combater as manifestações de violência no interior da escola, criando uma Cultura de Paz e Não-violência, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre criou a "Ação Contra a Violência na Escola", para realizar a formação continuada de agentes contra a violência, buscando encaminhar soluções e resolver os conflitos internos e ampliando a rede de relações com a comunidade.

No processo de construção da Escola Cidadã, foram apontadas dificuldades, como o medo que professores e/ou funcionários sentiam da comunidade em que a escola estava inserida, até preconceitos de ordem moral. Essa situação impedia a interação com a comunidade, obstaculizando o diálogo entre professores, pais, alunos e funcionários. Grande parte das escolas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) estão localizadas na periferia da cidade e enfrentam, como o resto do Brasil, problemas sociais, oriundos do desemprego, da desestruturação familiar, da falta de condições dignas para sobrevivência, do tráfico de drogas e da ausência dos pais na escola.

Neste contexto, originou-se o projeto “Ação Contra a Violência na Escola”, que deu continuidade à pesquisa “Ação Sobre a Violência na Escola”, em parceria com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a coordenação do professor José Vicente Tavares.

Palestras desenvolvidas pelo projeto:

- Concepção de violência, com o professor José Vicente Tavares dos Santos;
- o trabalho da Guarda Municipal diante das questões de violência na escola, com o chefe da Guarda Municipal de Porto Alegre;
- oficina sobre Direitos Humanos, com o coordenador de Direitos Humanos da Prefeitura.

## Atuação da Amencar

Para reverter o amargo quadro da infância brasileira, não bastam apenas as leis e as ações diretas, junto às 20 milhões de crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza e abandono, e a outras tantas, que ainda não têm seus direitos respeitados. É preciso reverter 490 anos de mentalidade assistencialista, paternalista e exclusiva. É preciso preparar a sociedade para receber estes novos cidadãos. Em função disso, a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar), de São Leopoldo, promove campanhas e programas conscientizadores, como os três exemplos que citamos a seguir:

### Projeto ECA

Este projeto celebra e avalia as conquistas obtidas nos dez anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completados em julho de 2000. Foram realizadas diversas comemorações marcadas por manifestações culturais (dança, teatro, música) protagonizadas por meninos e meninas atendidas em instituições, com o objetivo de mostrar suas potencialidades à população.

Outra face do “Projeto ECA” é a implantação e implementação de políticas de atendimento em municípios do Rio Grande do Sul. Para isso, foi firmada uma parceria entre a Amencar, através do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), do governo do Estado. Os recursos foram repassados através do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. O projeto atinge 20 cidades gaúchas: dez municípios onde não existem políticas estruturadas para lidar com as questões da infância, e dez municípios com conselhos já criados por lei, ou instalados, mas que ainda encontram dificuldades para intervir efetivamente na política de atendimento.

### Bola da Esperança

A “Bola da Esperança” é uma mensageira, um abaixo-assinado diferente, onde as assinaturas são firmadas em uma esfera de borracha, com 1,5 metros de altura, ao invés de papel. Esta “bola” – símbolo dos esportes e, consequen-





temente, de uma vida saudável e prazerosa - está percorrendo o Brasil, onde é exibida em feiras, seminários, fóruns e festas populares. O objetivo é sensibilizar a população para as questões da infância. Ao assinarem a bola, celebridades nacionais e a população em geral, estão se comprometendo a proteger os direitos das crianças e adolescentes.

#### Muros da Paz

O projeto "Pintando as Cores da Paz", montado pela Amencar, em parceria com a Escola de Belas Artes da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale) e apoiado por escolas e empresas da região, está promovendo a mutação de 40 muros nos municípios. Os muros se transformam em telas para artistas plásticos e estudantes, encarregados de retratar as várias faces da Paz. Iniciado em novembro de 1999, o projeto está alinhado com a campanha "A Paz tem todas as cores do mundo", liderada pela CCDH e com a "Cultura de Paz e Não-violência", proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) como prioridade do ano 2000.

### Rede em busca da Paz

A Rede em Busca da Paz, organizada em Santa Cruz do Sul, constitui-se em uma organização não-governamental com o objetivo de contribuir, através da educação da juventude, para a não-violência, a construção de uma Cultura de Paz e promoção dos Direitos Humanos. As ações da Rede em Busca da Paz centram-se na luta contra o armamentismo, a defesa do direito de objeção de consciência, a educação para a Paz, a solidariedade para com povos em conflito e a promoção da cidadania.

Projetos desenvolvidos: grupos de base; oficinas; jornal Palavra de Paz; Paz em debate; jejum pelo fim da violência; grupo de educadores para a Paz; oficinas da Paz; Dia da Solidariedade, campanhas e manifestações.

### Movimento pela Segurança, Cidadania e Paz

Um projeto integrador pela Paz, não-violência e preservação ambiental, desenvolvido durante dois anos (1998-2000) pela organização não-governamental Movimento pela Segurança Cidadania e Paz (SeciPaz), no Parque Chico Mendes<sup>4</sup>, uma área de 24 hectares na zona Norte de Porto Alegre, foi selecionado pelo governo do Estado, junto com outros projetos locais, para representar o Rio Grande do Sul na Exposição Mundial de Hanôver, Alemanha (Expo2000), realizada em outubro de 2000. Com o título "Integrando Comunidades pela Solidariedade, Cidadania, Meio Ambiente e Paz", o projeto tem como foco a campanha "Parque Chico Mendes na Paz", que contribuiu para reduzir de forma significativa a violência dentro e fora do Parque, beneficiando mais de 80 bairros onde vivem cerca de 200 mil pessoas. Integração social e atividades para despertar a consciência ecológica, valores humanos e cidadania nas comunidades, mudaram o perfil do parque que permaneceu quase cinco anos com frequência reduzida diante do elevado índice de assaltos. Com o apoio da Prefeitura, Brigada Militar e órgãos de segurança pública, o projeto envolveu mais de 40 entidades, associações e escolas, com atividades educativas para retomar o parque como lugar de tranquilidade, descanso e lazer.

<sup>4</sup> Homenagem a Francisco Alves Mendes Filho, líder seringueiro conhecido internacionalmente por sua defesa da Floresta Amazônica. O Parque Chico Mendes é cercado, conta com um ecossistema totalmente preservado e uma frequência média de 2 mil pessoas nos finais de semana.

Um segundo programa o “Alerta Ambiental - Comunidades em Ação”, contou com o apoio de seis secretarias e autarquias do município, com associações de bairro, promovendo uma maior conscientização quanto às questões sobre o meio ambiente e o respeito à natureza. Festividades e a conscientização de valores como respeito, cooperação e solidariedade tiveram no centro da campanha. Um vídeo de sete minutos e um prospecto, ambos em português e inglês, fazem parte do material que será apresentado no Pavilhão Brasileiro da Expo2000, no dia 18 de agosto. O Projeto também foi selecionado para participar do “Diálogo Global das Nações” que envolve mais de 770 projetos de 172 países de todo o mundo.

O que é a Expo2000 - A Exposição Universal Expo2000 é a última exposição do gênero desse século e pertence à série de exposições universais inaugurada em 1851, em Londres. Nesta Expo2000, inaugurada em 1º de junho de 2000, participam 172 países que levam projetos e visões para o futuro sobre o tema “Homem-Natureza-Tecnologia”. O Brasil participou com um pavilhão centrado no tema Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sendo que cada Estado tem uma semana para apresentar seus projetos. A Semana do Rio Grande do Sul será de 17 a 23 de agosto de 2000, quando onze projetos estarão sendo apresentados, entre eles o projeto do parque Chico Mendes desenvolvido pelo SeciPaz.

#### Como surgiu o movimento SeciPaz

Um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas de moradores do Jardim Dona Leopoldina e arredores deu início ao movimento pela Segurança, Cidadania e Paz (SeciPaz), em 20 de novembro de 1996. A comunidade reivindicava da Prefeitura de Porto Alegre e do governo do Estado, o aumento do efetivo policial e, ainda, a instalação de uma linha telefônica junto à administração do parque Chico Mendes para oferecer socorro imediato às vítimas de assalto. E concluía pelo atendimento “com a máxima urgência”, de uma ação efetiva “como forma de coibir, de imediato, novos atentados à cidadania e à comunidade”.

Seguindo o preâmbulo da carta da Organização das Nações Unidas (ONU) “se a guerra nasce no espírito dos homens, é ali que devemos erguer os baluarte da Paz”, o movimento pela Segurança, Cidadania e Paz nasceu como proposta de atividade voluntária a fim de buscar parceria para oferecer segurança às comunidades, mas, ao mesmo tempo, trazer ao debate questões sobre cidadania e valores de cooperação, solidariedade e Paz na região.

Junto ao movimento pela Segurança, Cidadania e Paz (SeciPaz), mais de 80 entidades da zona norte reunidas criaram um Fórum de Mobilização Comunitária do Eixo Balthazar, Norte, Nordeste e Leste, elaborando um estudo geral da situação, que foi encaminhado ao Secretário da Justiça e da Segurança em 3 de agosto de 1999. Além de solicitar mais policiamento, o estudo apontou as onze principais causas da violência e da criminalidade na zona Norte de Porto Alegre: 1) Exclusão social; 2) distribuição desigual da renda; 3) baixa escolaridade; 4) ausência de educação em valores humanos; 5) impunidade em diferentes níveis; 6) dúvidas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); 7) ausência de planejamento familiar; 8) morosidade da Justiça; 9) superlotação dos presídios; 10) reincidência nos delitos; 11) efetivo policial ainda insuficiente.

#### Parceiros do projeto

O movimento pela Segurança, Cidadania e Paz (SeciPaz), tem como parceiros mais de uma dezena de entidades, associações comunitárias, empresas, escolas municipais e estaduais.

Para superar as demandas por mais policiamento, revitalizar o parque com atividades de lazer e integrar a comunidade, o Movimento pela Segurança, Cidadania e Paz (SeciPaz), junto com a administração do parque Chico Mendes e representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) e da Secretaria da Justiça e da Segurança do governo



do Estado, Destacamento Especial Sarandi da Brigada Militar e Regimento da Cavalaria Montada (4º RPMon) deflagraram, em 10 de abril de 1999, a campanha "Parque Chico Mendes na Paz".

A idéia central foi promover eventos periódicos combinando lazer e conscientização para atrair a comunidade ao parque, oferecendo segurança e mobilizando a cidadania, dentro do slogan: "Parque Chico Mendes: tome conta do que é seu". Essa parceria da comunidade com o poder público representou um aumento de viaturas da Brigada Militar na região, policiais à cavalo circulando no parque nos finais de semana e o pronto atendimento telefone 190.

A Prefeitura Municipal, através do setor da Secretaria Municipal de Governo (SMG) e setor de Eventos da Smam, ofereceram a infra-estrutura para a realização de shows musicais ao ar livre e material de divulgação (faixas, cartazes, camisetas), abrindo espaço para a apresentação de "Talentos da Comunidade".

O movimento busca, ainda, agregar o maior número de atores sociais com as seguintes ações:

- Inclusão ao projeto de novas instituições, escolas e associações de moradores;
- oferecer cooperação para implementar programas similares em outros parques;
- desencadear programa de conscientização ambiental junto às comunidades;
- participar do Comitê Estadual pela Paz, da Assembléia Legislativa;
- formar parceria com a Prefeitura Municipal de Canela, o Centro Internacional de Informação e Investigação pela Paz (CIIP), no Brasil, para a realização do evento "Teia da Paz' em Canela", de 21 a 23 de Julho de 2000;
- contribuir para a regularização fundiária de comunidades junto aos órgãos competentes da Prefeitura de Porto Alegre;

## "Se queres a Paz, prepara-te para a Paz

Em busca de referenciais para políticas de divulgação e formação em Direitos Humanos

'Se queres a paz... Defende a vida!  
 Se queres a paz... Luta pela justiça!  
 Se queres a paz... Trabalha pela paz!  
 Se queres a paz... Educa para a paz!  
 Se queres a paz... Defende os Direitos Humanos,  
 teus e de outros seres humanos também!'

Marcelo Rezende Guimarães<sup>5</sup>

Violência e paz fazem parte da pauta obrigatória das discussões atuais dos cidadãos, desde a roda de amigos até às instituições que compõem a sociedade, assumindo não apenas a proporção de um debate popular, mas o papel de circunscreverem e de fornecerem a chave interpretativa para muitas outras temáticas, como, por exemplo, sobre Direitos Humanos.

Neste texto, sintetizo quinze aspectos, vindos da minha prática de educador, militante e pesquisador, os quais considero constituir um quadro referencial, para a construção de políticas públicas, tanto na área de segurança, como na área de Direitos Humanos.

Uma questão complexa

Tratar de violência e paz é tratar de temas complexos que não se esgotam numa primeira análise e abrangem uma vasto complexo de causas e variáveis: psicológicas, sociais, econômicas, culturais, etc. A tentação, sempre a vencer, é a do simplismo ou do reducionismo, como, por exemplo, simplesmente associar violência com segurança. Vale, sobremaneira, a recomendação do filósofo

<sup>5</sup> Padre da Diocese de Santa Cruz do Sul, Assessor da Rede Em Busca da Paz e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

francês, Paul Ricoeur: 'Não se faz idéia de tudo quanto se vai encontrar ao prospectar o império da violência; eis porque uma anatomia da guerra que se gabasse de ter descoberto três ou quatro grossos cordéis, que bastaria cortar para que os marionetes militares caíssem inertes no tabuado do palco, condenaria o pacifismo à superficialidade e à puerilidade'.<sup>6</sup>

#### Superar a emoção

A discussão sobre violência e paz emerge, geralmente, após a experiência de algum fato de maior gravidade, como um crime hediondo ou uma tragédia comunitária. Neste contexto, sempre surge uma pesquisa sobre a pena de morte ou sobre a militarização do aparelho policial. Criticar este viés emocional e desprender a discussão deste contexto é um dos primeiros passos a serem tomados, rumo a uma solução séria e racional para a questão. Aliás, esta dificuldade de pensar a violência é uma característica do ocidente como um todo. Já Hannah Arendt, um dos maiores expoentes da filosofia política do século XX, em seu trabalho sobre a violência, já tinha constatado a ausência de uma reflexão sistemática sobre a violência em contraste com o enorme papel que violência sempre desempenhou nos negócios humanos, indicando o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas.<sup>7</sup>

#### Não mistificar

Um outro cuidado a ser tomado, nesta busca de clarear e delimitar o campo em discussão, é o de não mistificar a violência como um ente. Muitas vezes, os discursos sobre violência começam subjetivando-a, como se fosse uma entidade autônoma ou um princípio de ação, através de formulações tipo 'a violência cresce', 'a violência se alastra', etc. Aqui valem, outra vez, as considerações de Hannah Arendt: 'A violência não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública'.<sup>8</sup> Nossas políticas públicas ganharão nova força quando retirarmos da violência o caráter mágico ou demoníaco que comumente lhe é atribuída.

#### Delimitar conceitos

Desbastado o campo, é preciso proceder a uma delimitação de conceitos. A sociedade brasileira testemunha, atualmente, um processo de banalização da violência. O tudo é violência pode conduzir a uma consideração de que nada é violência ou que apenas o crime seja violência, provocando uma unilateralização do conceito e o desconhecimento de outras formas de violência, tais como a psicológica ou simbólica. Além disso, os discursos sobre violência na educação procedem a mixagens semânticas, confundindo, por exemplo, violência com agressividade ou opondo paz com conflito. A psicologia, hoje, tende a reconhecer a agressividade como uma energia humana necessária e que, de acordo com os condicionamentos de toda ordem, pode ser transformada em violência. Da mesma forma, os conflitos e as lutas são reconhecidos como constitutivos do processo humano, não se opondo, em si à paz, mas conforme o modo como são organizados, violentos ou não-violentos.

#### Entender como fato social

Aqui reside, ao meu ver, a chave da questão, e que tão frequentemente tendemos a desconsiderar. A violência é um fato humano e um atributo da sociedade. Não existe em forma substantiva, mas sempre adjetiva, como característica e expressão das relações humanas e sociais. Muitos discursos sobre a violência insistem tratá-la como uma doença ou como uma epidemia ou, então, associá-la como força presente na natureza. Nada é mais perigoso do que querer interpretar fatos sociais em termos biológicos. Paz e violência não são fenômenos naturais ou manifestações do processo vital, mas pertencem à esfera das relações humanas e sociais, e como tais devem ser tratados. Aqui, a precisão conceitual pode nos ajudar, no sentido de distinguir força, propriedade da natureza, de violência, atributo social. Como fato da sociedade, a violência está em relação à forma como que se dão os arranjos sociais.

#### Todos nós estamos comprometidos

Como fato social, discutir paz e violência implica aos humanos todos e não apenas um grupo ou setor. Marilena Chauí, num artigo publicado na Folha de São Paulo em 1999, tinha chamado a atenção para a forma como a temática vinha sendo

<sup>6</sup> RICOEUR, Paul. História e Verdade. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968, p. 227.

<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 16

<sup>8</sup> ARENDT, Hannah. Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 58.



tratada, especialmente para aquilo que ela chamava de 'um dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um 'nós brasileiros não-violentos', 'eles' sendo todos aqueles que, 'atrasados' e 'deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de 'nós brasileiros não-violentos'.<sup>9</sup> Esta descoberta da implicação coletiva, se por um lado chama-nos à responsabilidade, também funda uma esperança: a violência não é uma fatalidade inexorável, mas colocada pelos humanos, pode ser retirada e trabalhada pelos mesmos humanos que a constituíram.

O poder que todos temos

A possibilidade da paz funda-se na habilidade humana, não apenas para agir, mas para agir em concerto, constituindo-se em uma das mais decisivas experiências humanas. Autores, como Hannah Arendt, chamam a isto de poder, entendendo-o não como prerrogativa do Estado ou dos grupos dominantes, mas como condição da própria humanidade. Há, hoje, toda uma literatura que se estrutura a partir da categoria do empowerment, a qual poderia ser traduzida como empoderamento, isto é, o fortalecimento da capacidade de poder que todos temos como caminho de superação da violência.

Mudando paradigmas

O que está em jogo não são apenas arranjos sociais, mas paradigmas que determinam as relações sociais. Autores, como o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, assinalam que estamos assistindo um processo de transição paradigmática, mudando os padrões e critérios regulatórios. Neste processo, o pensamento crítico, para ser eficaz, tem de assumir uma posição paradigmática para, partindo, de uma crítica radical do paradigma dominante, desenhar os primeiros traços dos horizontes emancipatórios em que eventualmente se anuncia o paradigma emergente.<sup>10</sup> Daí a importância de detectarmos, coletivamente, os processos culturais de produção da violência. Não apenas vivemos numa sociedade violenta, mas, sobretudo, numa cultura violenta, produzida e, ao mesmo tempo, difundida, por inúmeras instâncias da sociedade: os meios de comunicação, a escola, a família, as instituições religiosas, os partidos políticos, os clubes, os sindicatos, etc. Como disse poeticamente Caetano Veloso, 'nosso podres poderes fazem a gente pensar que matar e morrer sejam coisas naturais'. Há um currículo oculto, baseado no paradigma bélico, que nos educa para a violência e que, quaisquer políticas públicas que se pretendam eficazes, não podem desconhecer e precisam atuar.

Não basta reagir

A sociedade brasileira começa a vencer a indiferença e mostra tentativas de reação à violência. No entanto, a reação sempre é limitada porque resposta a algo. É preciso começar a construir proposições e alternativas. Não basta reagir à violência ou à cultura de violência, mas é preciso pensar como construir uma sociedade verdadeiramente pacifista e uma cultura de paz. A proatividade – uma atividade que se projeta para frente – incluiria, é claro, uma dimensão sanativa, de cuidar e atender às vítimas da violência, mas também de uma dimensão preventiva, privilegiando, especialmente, o caminho educativo.

Colocar-se na escola da não-violência

As medidas para o fim da violência e implementação da paz terão alcance muito reduzido se permanecerem no campo restrito da resposta à violência e à guerra. Faz-se necessário, para se conseguir uma solução eficaz, criar pólos positivos de não-violência e paz. Há mais de 50 anos, já nos lembrava Gandhi: 'A humanidade somente acabará com a violência através da não-violência'. Somente a não-violência é a alternativa e a superação da violência, uma vez que ela se situa do âmbito totalmente exterior à violência.

Cultivar uma visão ampla de paz

A modernidade neoliberal tem se apegado fortemente ao conceito romano de paz, associando-o, geralmente, às noções de segurança e de serenidade pessoal. Há, aqui, o esquecimento de outras tradições simbólicas, não menos significativas, e mais elucidatórias de novos paradigmas, que precisam ser resgatadas, tais como a compreensão da filosofia moderna de paz como pacto e consenso ou a noção judaico-cristã de paz como justiça. A noção comumente admitida procede a uma privatização do conceito, tirando-lhe suas dimensões coletivas e políticas. O antropólogo Carlos Brandão, ao discutir Propostas pedagógicas para culturas de

<sup>9</sup> CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.

<sup>10</sup> Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000, p. 16.

paz, algumas idéias desde a América Latina, chama a atenção para a fetichização do termo paz e aponta a necessidade de pensá-la mais como um a construção do que um estado, mais como pluralidade do que como unicidade (em vista das superação do etnocentrismo), mais como algo relacionado ao nosso cotidiano do que uma idéia abstrata.<sup>11</sup>

#### Insistir no árduo caminho da educação

Uma saída, comumente apontada por grande maioria da população, é o aumento do aparelho repressivo, a instituição da pena de morte, o fortalecimento do aparato bélico. É a compreensão romana de paz, baseada na imposição da força 'si vis pacem, para bellum', isto é, se queres a paz, prepara-te para a guerra. No entanto, a humanidade não avançará na prática dos Direitos Humanos por decreto, ou por leis ou, ainda, fortalecendo o aparelho repressivo. Devemos evitar medidas paliativas ou que dêem a falsa impressão de avanço. O fim da impunidade é, certamente, passo fundamental para avançarmos na direção de menos violência. Mas, por si só, não basta para garantir uma sociedade onde, como diz o poeta Tiago de Mello, 'a liberdade será algo vivo e transparente (...) e o coração do homem será sempre a sua moradia'. Desde seu enquadramento cultural, paz e violência se aprendem. A apreensão dos novos paradigmas privilegia a via educativa, entendendo aqui a educação como um dos mapas sociais que possibilitam orientações novas, reorientações e mudanças de posicionamentos.

#### O resgate da ação

Nesta tomada de novas posições, a educação para os Direitos Humanos, a não violência e a paz, deve ancorar-se, em primeiro lugar, na ação, entendida aqui, no seu sentido coletivo, público, político. Segundo Hannah Arendt, o crescimento da violência está relacionado com a 'severa frustração da faculdade da ação no mundo moderno'.<sup>12</sup> A prática educativa neste campo não pode dar-se o direito de mascarar a ação política, de substituir o agir em concerto por uma justaposição de indivíduos isolados e trocar a ação criadora de novo por uma coletânea de atividades pré-determinadas - copiar, escrever, desenhar, etc. - que se aproximam mais do eterno retorno do mesmo do que da condição de natalidade e criatividade. Caso contrário, ter-se-ia a ilusão da ação, mas não a ação propriamente. As experiências educativas mais conseqüentes, aquelas que têm obtido um resultado mais eficaz nas alternativas à violência, são exatamente aquelas que estão conseguindo criar espaço de ação política em seu próprio seio.

#### O aprender a dizer sua palavra

Outro elemento importante, no processo educativo de transição paradigmática, é a palavra. Como a ação, o discurso é que faz do ser humano um ser político e torna relevante e significativa a ação. A partir disto, Hannah Arendt irá definir a violência, exatamente, como o agir sem argumentar e o império do silêncio: 'somente a pura violência é muda'.<sup>13</sup> Quando a palavra não é possível, a violência se afirma e a condição humana é negada. Neste sentido, a reversão e a alternativa à violência passa pelo resgate e devolução do direito à palavra, pela oportunidade da expressão das necessidades e reivindicações do sujeitos, pela criação de espaços coletivos de discussão, pela sadia busca do dissenso e da diferença.

#### A referência coletiva

Um terceiro elemento metodológico significativo é a referência coletiva, superando a concepção de paz ou de violência de um atributo individual do ente, para uma compreensão mais coletiva e comunitária, como evento do ser-no-mundo. Indo por trás da virtude, a educação para a paz, a não-violência e os Direitos Humanos se estabelece a partir do horizonte do engajamento em um movimento organizado, articulado e estruturado. Falar em movimento é evocar pessoas em movimento, contatos pessoais e grupais. Trata-se mais, fundamentalmente, de estabelecer relações do que formar atitudes, desenvolver o sentimento de pertença (como, por exemplo, na expressão 'Sou membro da Anistia Internacional') do que o de posse (como na afirmação 'Tenho paz em mim'). O espaço

<sup>11</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995, p. 47-55.

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 60.



educativo configura-se, assim, como um espaço onde as pessoas firmam-se como militantes pacifistas e de Direitos Humanos, inserindo-se no quadro global da humanidade que caminha para a paz e tornando-se uma experiência de descoberta e de articulação com as múltiplas frentes de promoção dos novos paradigmas.”<sup>14</sup>

<sup>13</sup> ARENDT, Hannah. A condição humana. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 35.

<sup>14</sup> ALVES, Maria Leila; MARTINS, Angela Maria; GROBAUM, Elena (Coords.). Violência, um retrato em branco e preto. São Paulo: FDE. Diretoria Técnica, 1994. (Série Ideias; n. 21); ARENDT, Hannah. A condição humana. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999; —. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995; CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.; COLOMBIER, Claire et alii. A violência na escola. São Paulo: Summus, 1989; GUIMARÃES, Áurea. A dinâmica de violência escolar: conflito e ambiguidade. Campinas: Autores Associados, 1996; LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria. Escola e violência. Rio de Janeiro: DP & A, 1999; RICOEUR, Paul. História e Verdade. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968, p. 227; SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000; ZALUAR, Alba (Org.). Violência e educação. São Paulo: Cortez, 1994; ZALUAR, Alba. Da revolta ao crime S.A. São Paulo: Moderna, 1996. AGUIRRE, Luís Pérez. In: “Educação para a cidadania”, Anistia Internacional, p. 21.

